

THE TRANSFORMATIONS IN THE POWER'S CITIES,
IN ROMAN LUSITANIA, SEEN BY THE EPIGRAPHIC MONUMENTS

As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia

José d' Encarnação
CEAACP – Coimbra (Portugal)
jde@fl.uc.pt

Fecha recepción 22.02.2016 / Fecha aceptación 22.06.2016

Resumo

Mostra-se como a «epigrafização», ou seja, o hábito de perpetuar em monumentos epigrafados a memória das gentes e dos factos, constituiu, logo desde os primórdios do Império Romano, um importante meio de a população se manifestar. Daí o elevadíssimo interesse histórico do seu estudo. O monumento epigráfico é, porém, não apenas o testemunho de um «poder»; é-o também de um «contrapoder». Esse aspecto se procura aqui salientar, em relação, de modo especial, a duas capitais de *conventus* da Lusitânia – *Scallabis* e *Pax Iulia* – relacionando-as com outras cidades, que delas bem se distinguem, até do ponto de vista dos vestígios epigráficos que restam: *Scallabis* e *Olisipo*; *Pax Iulia* em paralelo com *Ebora* e *Mirobriga*.

Palavras chave

Scallabis, Pax Iulia, Olisipo, Ebora, Mirobriga.

Abstract

Even in the beginning of the Roman Empire, the urban 'epigraphization' is a relevant way to keep people's and fact's memories: a sign of power and also an evidence against the power itself.

We will see it in the epigraphic monuments of two roman Lusitanian *civitates*, *conventus capita*: *Scallabis* and *Pax Iulia*, even in their comparison with *Olisipo*, *Ebora* and *Mirobriga*.

Key words:

Scallabis, *Pax Iulia*, *Olisipo*, *Ebora*, *Mirobriga*.

Ao propor-me que tratasse este tema no âmbito do colóquio internacional sobre as cidades do poder na época romana, sugeriu-me a Doutora Dolores Dopico que eu procurasse mostrar, em relação às três capitais de *conventus* da Lusitânia, «la aportación que nos puede realizar la epigrafía para entender mejor la naturaleza de esas ciudades dejando a un lado lo estrictamente jurídico».

Ciente de que mais importante do que resolver uma questão é ter a perspicácia de bem a saber colocar, fiquei a saber que, neste caso, interessaria dar a conhecer os resultados da investigação acerca, por exemplo, da estrutura social. Ou seja, dado que essas cidades haviam sido escolhidas pelo poder romano como centros administrativos e, por tal motivo, lhes fora outorgado especial estatuto, importaria perscrutar em que medida se distinguiram das demais: foram focos de atracção do escol indígena ou de itálicos? A sua população era primordialmente constituída por cidadãos romanos? Verifica-se nelas mais rápida absorção da onomástica latina? E, no domínio cultural, há rápidas e significativas transformações, nomeadamente no que concerne à fácil adopção dos cultos romanos?

Neste âmbito, é, de facto, primordial o papel da epigrafia. Na verdade, sempre o Homem foi seduzido para deixar na pedra (ou em material duradouro, se se preferir) rasto da sua memória. Isto se passa a nível individual, familiar e, de modo mais evidente, a nível público, institucional.

Há, pois, muitas epígrafes e, em comparação, há poucos dados arqueológicos susceptíveis de nos trazerem respostas fidedignas às questões ora levantadas.

Capitais de *conventus*, «cidades do poder», terão, certamente, atitudes oficiais, plasmadas em epígrafes, a patentear rivalidades e clientelismos da mais variada ordem. Ostentam sempre o que se tem designado, na sequência de uma feliz ideia de Giancarlo Susini¹, uma «paisagem epigráfica». Todos concordámos em aceitar a noção de «marmorização» do Império, nomeadamente a partir de Augusto; importa introduzir agora uma nova noção: a de epigrafização. Não há cidade – criada, ou não, de novo – que não dê especial realce à epigrafia como sinal de poder.

A pergunta é, pois, necessária: terá havido uma determinação oficial nesse sentido? A *epigrafização* surge por obediência ou resulta, ao invés, de um movimento de baixo para

1. Por exemplo em *Epigrafia Romana*, Roma 1982, 17.

cima, da espontânea necessidade sentida pela população de expressar a sua devoção (devoção no sentido de entrega, de submissão) ao poder central?

Difícil é dar uma resposta satisfatória. Em relação a *Pax Iulia*, uma epígrafe como esta²

IMP · CAESAR · DIVI · F · AVGVSTVS · PATER · PATRIAE
PONT · MAX · TRIB · POTES · XXI · COLONIAE · PAC · IVL
MVROS · TVRRES · ET · PORTAS · DAT

datável de 2 a. C., não cremos difícil supor que resulta de directriz superior – como, à sua imitação, se fará nas grandes obras públicas dos estados fascistas de meados do século XX. Já, no entanto, a placa dedicada a Lúcio Vero (fig. 1)³, pela solenidade do seu texto, mencionando a intervenção dos duúnviros e o decreto dos decuriões, se revela preferentemente como atitude de política local, numa tentativa de granjear os favores do sucessor imperial⁴.



Fig. 1. Homenagem da colónia de Pax Iulia a Lúcio Vero. IRCP 291.

E ocorre perguntar: esta manifestação de teor vincadamente político é feita por ser *Pax Iulia* a capital do *conventus*? Certamente que sim, embora nos possamos validamente interrogar se, noutras ocasiões e por idênticos motivos, outros aglomerados populacionais

2. J. d' Encarnação, "Inscrição monumental de *Pax Iulia*", *Ficheiro Epigráfico*, 29, 1988, nº 131.

3. J. d' Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*, Instituto de Arqueologia, Coimbra 1984, inscrição nº 291. [Citado doravante como IRCP seguido do número da inscrição].

4. Datamos o monumento de 139, quando Antonino-o-Pio foi nomeado Pai da Pátria, a 161, ano em que Lúcio Vero subiu ao trono e Antonino estava ainda no exercício das suas funções imperiais.

– *civitates, municipia, coloniae...* – não teriam a mesma atitude? É uma homenagem pública ao imperador sinal distintivo de uma capital de *conventus*? Creio que a resposta terá de ser forçosamente negativa. Veja-se o caso da *civitas Ammaiensis*, que, *ex voto annuo*, presta homenagem ao imperador Cláudio, no ano 44, perante o governador da Lusitânia, *L. Calventius Veter Carminius* (IRCP 615); ou o das homenagens ao imperador Adriano prestadas pela *civitas Aravorum* (CIL II 429)⁵ e pela cidade de *Olisipo* (CIL II 186), no ano de 121⁶.

Cumprido, por consequência, voltar atrás, ao que se escreveu sobre a importância fundamental da Epigrafia e da Arqueologia.

Serve a Arqueologia para descobrir as cidades, a sua malha urbana, os edifícios... A análise dos vestígios sobrepostos dará uma noção, pelo menos aproximada, do que foi a sua evolução em todos os aspectos. E exactamente porque a Arqueologia não permite, não poderei tratar das três capitais conventuais lusitanas, como me fora solicitado. No caso de *Emerita Augusta*, porque as constantes descobertas arqueológicas trazem novidades todos os dias. Abundam, por isso, excelentes publicações, inclusive de índole epigráfica⁷. Cidade mui especial essa, sem dúvida, verdadeiramente uma «cidade do poder», quer pelas razões que levaram Augusto a fundá-la, quer por nela se reunirem duas condições: capital de província e capital conventual, sendo difícil distinguir o que é de uma e o de outra. E, claro, *Emerita Augusta* exerceu sempre grande poder de atracção sobre as elites indígenas; atraiu imigrantes; deteve mui significativa percentagem de cidadãos romanos; aí os indígenas terão adoptado mais rapidamente uma onomástica latina; os cultos romanos predominaram...

Abra-se aqui um parêntesis, que reputo digno de reflexão. Prende-se com a ideia sugerida por Robert Étienne de que a oferta do *orarium* feita por um cidadão de *Emerita*, *Quintus Tallius, Sexti filius*, à *civitas Igaeditanorum*, no ano 16 a. C., tinha como finalidade última determinar que a cidade dos *Igaeditani* passasse a pautar-se pelo ritmo diário oficial da capital⁸. Será difícil confirmá-lo; mas não nos custa acreditar. Primeiro, porque quem recebe oficialmente a oferta e determina o local onde o *orarium* deve ser colocado são os *magistri* de quatro *gentilitates*, identificadas pelo nome dos seus fundadores⁹. A *civitas* como unidade administrativa autónoma não existe ainda e é precisamente no momento em que a sua urbanização se inicia que a *epigrafização* se manifesta através da colocação de um *orarium* com epígrafe em lugar de relevo. Sabemos que cidadãos de *Emerita*, inscritos na tribo *Papiria*, acabaram por se espalhar

5. CIL II = E. Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*, Berlim 1869 e 1892. Cita-se com o número da inscrição no *corpus*.

6. Cf. J. d' Encarnação, "Homenagem da *civitas Aravorum* ao imperador Adriano", acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/23558>.

7. Poderemos citar uma das mais recentes: A. U. Stylow y Á. Ventura, "Los hallazgos epigráficos", in R. Ayerbe Vélez, T. Barrientos Vera e F. Palma García (Eds.), *El Foro de Augusta Emerita: génesis y evolución de sus recintos monumentales*, Mérida 2009, 453-523.

8. R. Étienne, "L' horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie", *Revue des Études Anciennes*, 94, 1992 (3-4), 355-362.

9. Cf. J. d' Encarnação, "Gentes e divindades na Lusitânia pré-romana ocidental", *Palaeohispanica*, 13, 2013, 209-217. [Actas del XI Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Valência, 24-27.10.2012]. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/24970>.

pelo seu território¹⁰. Esta oferta de um *orarium* dá que pensar, sobretudo se tivermos em conta que a *civitas Igaeditanorum* – importante centro de exploração aurífera¹¹ – cedo desenvolve intensa actividade política, bastamente veiculada pelos monumentos epigráficos já descobertos e de que poderão salientar-se a dedicatória a Caio César¹², que deve pôr-se em paralelo com idênticas iniciativas de *Emerita*, de *Metellinum* e de *Caesaraugusta*¹³, assim como a preocupação de *C. Cantius Modestinus*, «construtor de templos»¹⁴, de perpetuar em epígrafes a sua acção benemerente. E o que significa a magnífica placa do mausoléu de *C. Curius Firmanus*¹⁵, reveladora de uma evidente e orgulhosa aculturação?

Não hesitaria, portanto, em sublinhar aqui um outro papel dos monumentos epigráficos: se, num centro do poder, eles são, a maior parte das vezes, veículo desse poder, nos centros «periféricos» (digamos assim), o monumento epigráfico assume-se, na verdade, como «contrapoder». É a imagem de uma memória, de uma identidade que se não quer perder, que não hesita em se opor a um «outro» artificialmente criado, a partir de uma decisão exterior. Assim eu interpreto o enorme florescimento epigráfico da *civitas Igaeditanorum*, onde, para mais, são os indígenas – que onomasticamente se identificam à maneira indígena, ainda que adoptando o esquema textual romano – que mandam lavrar as suas epígrafes¹⁶. *Civitas Igaeditanorum* contra *Emerita Augusta* – ou vice-versa!

* * *

E essa reflexão prende-se com uma outra: que se passou com *Scallabis*? Pela tribo *Sergia* em que os seus cidadãos foram inscritos e por Plínio (*N. H.*, 4, 117) referir *quae Praesidium Iulium vocatur*, haveremos de a situar em época das campanhas de César, sendo a designação

10. Os casos de *L. Marius Caprarius* e de *Sex. Aebutius Rufinus*, por exemplo - IRCP 461 e 442.

11. Cf. J. d' Encarnação *et alii*, “Ideologia, gestão aurífera e afirmação epigráfica: o caso de *Tiberius Claudius Rufus* (CIL II 5132) de Idanha-a-Velha”, in C. Batata (Edit.), *Actas VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu (realizado na Casa das Artes e Cultura do Tejo – Vila Velha de Ródão – nos dias 18, 19 e 20 de Junho de 2010)*, Abrantes, Junho 2011, 109-121. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/16877>.

12. *AE* 1961 246 [*AE = L'Année Épigraphique*, Paris; cita-se o ano de publicação e o número da inscrição].

13. Cf. J. d' Encarnação, “O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões”, in T. Nogales e J. González (Edit.), *Culto Imperial: Política y Poder*, Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006, Roma 2007, 349-367, 352-355. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10506>.

14. Cfr. V. G. Mantas, “Evergetismo e culto oficial: O construtor de templos *C. Cantius Modestinus*”, in J. Gómez Pallarès e M. Mayer (Coord.), *Religio Deorum*, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía: *Culto y Sociedad en Occidente*, Tarragona 1988, Sabadell 1993, 227-250; ID., “*C. Cantius Modestinus* e os seus templos” in J. C. Ribeiro (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa 2002, 231-234.

15. *CIL* II 442; <http://eda-bea.es/>, n.º de registo 21 461.

16. Um exemplo: AVNIAE ARANTONI CELTIATICI F(*iliae*) · LANC(*iensi*) OPPIDANAE COCCEIA SILONIS F(*ilia*) AVITA NAEVIA SILONIS F(*ilia*) CLARA MATRI F(*aciendum*) C(*uraverunt*) – <http://eda-bea.es/>, n.º de registo 24 874.

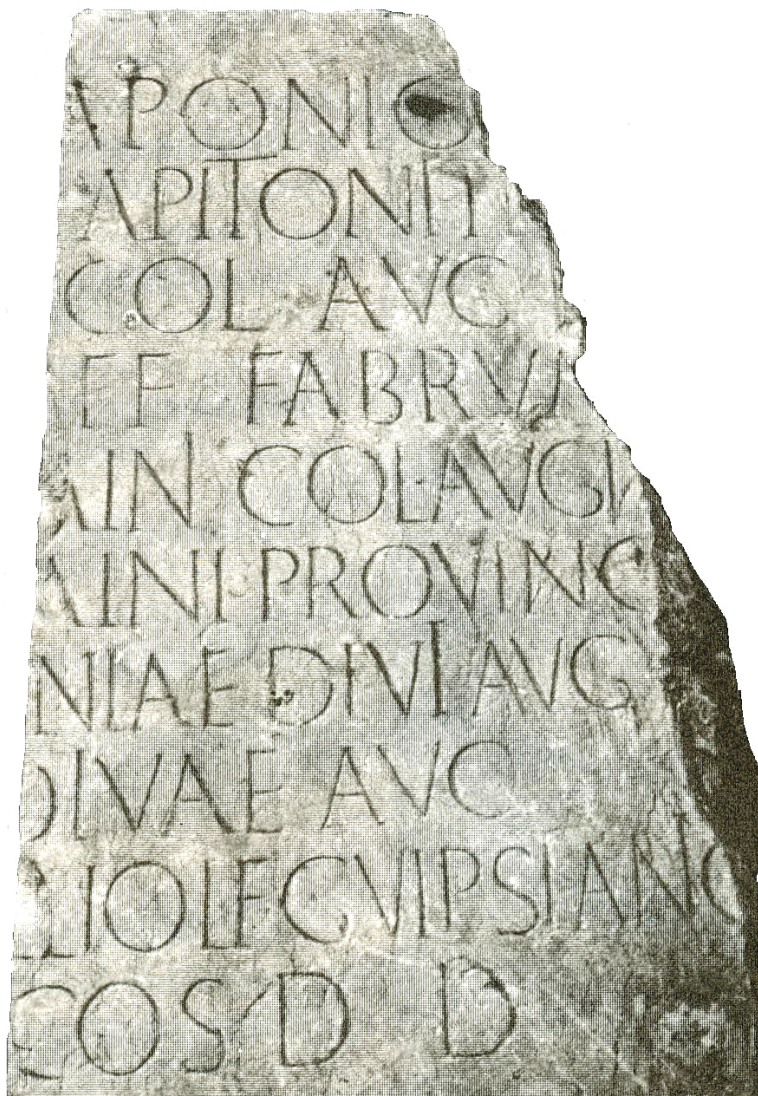


Fig. 2. Homenagem a um flâmine provincial, em Scallabis. 48 d. C.

Praesidium indicadora de ter sido, na origem, um acampamento militar permanente¹⁷. Discute-se onde se localizava exactamente, embora a sua identificação – pelo menos em parte – com o morro onde viria a edificar-se, mais tarde, a alcáçova de Santarém e as mais recentes escavações arqueológicas, levadas a cabo por Ana Arruda, possam testemunhar a favor dessa identificação, num local dominante sobre as lezírias do Tejo, em que, inclusive, se terá erguido um templo romano¹⁸.

E aqui a Arqueologia não nos ajuda, porque não temos praticamente vestígios dignos de uma capital conventual. Ou... será que essa capital constitui mais um local quase simbólico do que um aglomerado populacional com portas, muralhas, *cardo* e *decumanus*, *forum*, templo à tríade capitolina, etc.?

Inclino-me muito para essa hipótese. Certamente outros exemplos haverá no mundo romano, tal como acontece na actualidade.

Que se sabe epigraficamente de *Scallabis*?

1. Na homenagem a um dos *Bocchi*, mas cujo contexto original se desconhece, é *colonia Scallabitan* (IRCP 185).

2. O monumento mais importante até agora descoberto é o pedestal¹⁹ dedicado, verosimilmente por decreto dos decuriões, no consulado de Vitélio e Vipstano (ano 48) a *Aponius Capito*, duúviro de uma *colonia Iulia Augusta* – pode ser *Emerita* –, *praefectus fabrum*, flâmine de *Emerita* e da Lusitânia e também dos divinos Augusto e Augusta. Desconhece-se o seu contexto original, porque – hoje no museu da cidade de Santarém – diz-se que poderá ter vindo da parede de alguma das construções urbanas, quiçá um dos seus conventos antigos.

Sendo um flâmine provincial homenageado em *Scallabis* isso implica que a *colonia* deteria, então, alguma relevância política – ou aspirava a tê-la (!), hipótese que também não é desprecienda. No entanto, não é estranho que se não identifique como dedicante?

De dois outros documentos epigráficos poderemos tirar conclusões. É um o epitáfio de *Lovesius Placidus*, de 36 anos, *miles legionis VII (septimae) G(eminae) F(elicis)*, da centúria de *Antonius Marcellus*, que vem identificado como sendo *domo Sergi[a] Scallabi*. Foi *L. Iulius Victor*, seu companheiro de armas, que mandou erigir-lhe o monumento sepulcral²⁰. O outro é também um legionário (CIL VIII 3182), cuja memória se encontrou em *Lambaesis*, na Númídia: *L. Lucretius Serg(ia) Robustus Scallabi miles leg...*

Poder-se-ia pensar, à primeira vista, que a menção da *origo* significaria uma demonstração de orgulho em relação à sua naturalidade. Não é, todavia, argumento a aduzir aqui,

17. J. de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1988, 48; V. Mantas, *As Vias Romanas da Lusitânia*, Mérida, 2012, 178-179.

18. A. M. Arruda e C. Viegas, “O templo romano de *Scallabis*”, in *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, 173-178.

19. Cfr. M. González Herrero, *Los caballeros procedentes de la Lusitania romana: estudio prosopográfico*, Madrid 2006, 23-26; <http://eda-bea.es/>, registo nº 23 107. Fig. 2.

20. M. Mayer, “Estudi de l'estela funerària de Lovesi Plàcid”, *Els Enterraments del Parc de la Ciutat i la Problemàtica Funerària de Tàrraco*, Tarragona, 1987, 177-179 e 197.

pois – como se sabe – a identificação dos soldados obedecia a regras precisas, e a *origo* era um dos elementos a incluir, sempre que conhecido.

Foi também encontrado em Santarém (CIL II 326 = 5229) o epitáfio de *M. Aemilius Tuscus*, da tribo Galéria. Não vejo motivo para o considerar natural de *Scallabis* e também não há, a meu ver, razão para que se ponha em dúvida a atribuição da tribo Sérgia a esta colónia. *Aemilius Tuscus* pode muito bem ser um cidadão de *Olisipo*, essa, sim, cidade da tribo Galéria, até porque conhecemos aí (no território de *Scallabis*) membros da *gens Antonia* que expressamente se identificam olisiponenses.

E esta referência leva-me outra vez a falar da epigrafia como antipoder: *Scallabis* contra *Olisipo*! Ou, de preferência, *Olisipo* contra *Scallabis*! Ambas «cidades» na margem do *aurifer Tagus*, com posição estratégica assaz significativa. Ora, de *Olisipo* conhecemos não apenas os monumentos (o teatro, o circo, um imponente criptopórtico...) mas também vastíssima epigrafia em que avultam, naturalmente, eloquentes dedicatórias imperiais, como o pedestal *Divo Augusto*, mandado erigir pelos *augustales C(aius) Arrius Optatus* e *C(aius) Iulius Eutichus* (CIL II 182), ou ex-votos estrategicamente concebidos.

Não estaremos, de facto, perante uma epigrafia «contrapoder»?

Dir-se-á que porventura algo mais irá conhecer-se de *Scallabis*. Sim, não nego essa possibilidade; mas... até lá!... *Olisipo* pode assumir-se mais como cidade do contrapoder e os seus monumentos epigráficos aí estão para o proclamar!

* * *

Tempo é de voltarmos a *Pax Iulia, colonia* que – sabemos-lo agora com dados concretos, porventura já suspeitados – não foi criada *ex nihilo*, pois as escavações aí levadas a cabo deram a conhecer os estratos pré-romanos, ainda que (ao contrário do que sucede com as duas outras fundações contemporâneas, *Felicitas Iulia Olisipo* e *Liberalitas Iulia Ebora*), se desconheça qual a sua designação indígena.

Disse de já havia essa suspeita de um povoamento pré-romano com base precisamente em documentação epigráfica. Contudo, o que se sabe da epígrafe que estudei em IRCP 233 é deveras difícil de interpretar como Hübner chegou a propor, sugerindo a existência de dois senados ou uma acção benemerente dirigida a cidadãos de ambos os sexos. Na realidade, o testemunho antigo – e único, até ao momento – desse texto²¹ não é elucidativo. Mais eloquente foi para mim o epitáfio de *Asinia Priscilla*, achado em Moura, muito perto de *Pax Iulia*, onde se optou – contra Alicia Canto²² – pelo desdobramento *Pac(ensis) c(ivis) R(omana)*²³.

21. *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz, bispo de Portalegre: revistos, e acrescentados pelo mesmo Autor nesta segunda impressão*, que foi em Coimbra, no ano de 1604, «na oficina de Diogo Gomez Loureyro, impressor da Universidade», 109. [Esta 2ª edição está disponível em <http://purl.pt/14115/1/>].

22. A. Mª Canto, *Epigrafía Romana de la Beturia Céltica*, Madrid, 1997, nº 182 (153-154).

23. R. A. E. Alfenim, “Uma ara funerária do Castro dos Ratinhos (Moura)”, *Ficheiro Epigráfico*, 26, 1988, nº 118. Transcrito em: <http://www.eda-bea.es/>, registo nº 22 777.

Em meu entender, os familiares de *Priscilla* quiseram vincar bem que ela era cidadã romana, preocupação que seria descabida se todos os Pacenses o fossem *ipso facto*.

Na sua qualidade de *colonia, Pax Iulia* foi naturalmente sujeita à *epigrafização*. Já vimos a possível inscrição referente às portas e às torres. Muito haverá ainda por descobrir sob os edifícios urbanos. Contudo, a epigrafia conhecida permite-nos responder afirmativamente a algumas das questões previamente postas.

– Vieram pessoas de fora? Sim! O exemplo mais significativo poderá ser o de *Blossius Saturninus*, vindo do Norte de África com passagem por *Balsa* – uma epígrafe que não há motivo nenhum para ser considerada falsa²⁴. Mas também a referência a um *sodalitium Bracarorum* (IRCP 339) não deixa de ser eloquente.

– Se se regista maior número de cidadãos? Neste aspecto, considerando que a menção da tribo é que é indício seguro de cidadania, poderíamos hesitar. No entanto, recorde-se que a maior parte das epígrafes nós as temos datado de a partir de meados do século II. E, dessa altura em diante, poderá ter sido muito mais vulgar a identificação com os *tria nomina*, inclusive sem filiação. «Indígenas romanizados» é expressão suficientemente ambígua para se usar; mas... à falta de melhor!...

Nesses *tria nomina* há, porém, com frequência, uma outra sugestão: o *cognomen* de origem grega²⁵. É nossa convicção de que a maior parte da população pacense que epigraficamente se revela pertence, de facto, ao número dos libertos. De resto, tanto escravos como libertos devem ter usufruído de bom estatuto económico, se considerarmos significativas estas três epígrafes:

1. os libertos *Primogene* e *Felix* homenageiam a Juno de sua *patrona: Secundae n(ostrae)* (IRCP 229).

2. *Hispullus* terá sido escravo querido²⁶.

3. *Catulus* faz *ex-voto* a *Salus pro G. Atilio Cordo n(ostro)* (IRCP 290).

Repare-se no uso do possessivo *noster*, nos dois casos, índice, a meu ver, de avançado estágio de aculturação.

* * *

Chegado a este ponto, há que fazer um parêntesis, até porque aculturação e romanização são conceitos discutíveis, mormente se os quisermos enquadrar numa lógica de procedimento programado. Escreveu Patrick Le Roux que «la citoyenneté romaine est présentee

24. Veja-se: *CIL* II 105; IRCP 294; J. d' Encarnação, “L’Africa et la Lusitania: trois notes épigraphiques”, *L’Africa Romana*, 13, Roma 2000, 1291-1298, cit. pp. 1291-1293; acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/22779>. Foi Donato Fasolini quem pôs a hipótese de se tratar de uma inscrição falsa, o que tive ocasião de comentar in *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, XI, 2013, 220 (acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/23540>).

25. Dou um exemplo: *Apollonius Molon* e *Afrosa* (relacionável com *Aphros* e *Aphrosia*) – IRCP 250.

26. IRCP 351: é *Euhodus* quem erige o monumento a *Hispullus Bocchi servus*. Cf. J. d' Encarnação, “Gentes e divindades na Lusitânia pré-romana ocidental”, *Palaeohispanica*, 13, 2013, 209-217, Actas del XI Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Valência, 24-27.10.2012. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/24970>.



Fig. 3. Possível reconstituição do templo à Bona Dea, em Pax Iulia. Concepção de José Luís Madeira.

comme le signe d' une intégration qu' elle ne fut pas. [...] Les populations devenues titulaires de la *civitas romana* n' ont été contraintes à aucune mutation [...]»²⁷.

O tema continuará ainda a debater-se; mas eu perfilho também a convicção de que nada disto se resolve por decreto: é a dinâmica da população que livremente opta, segundo as suas conveniências, por uma forma de identificação que melhor se ajuste aos seus interesses e à sua mundividência.

Voltemos, pois, às questões, porque há três que directamente se prendem com este tema do relacionamento com a população indígena. E o que nos cabe perceber é que, ao contrário de *Ebora*, dá impressão de que, em *Pax Iulia*, os indígenas desapareceram, inclusive das *villae* dos arredores. Uma placa monumental como a de *Cosconius*²⁸, achada precisamente numa *villa*, a identificar seguramente, *post mortem*, o seu proprietário, pode ser esclarecedora de como os colonos recém-chegados também se instalaram nas ricas propriedades dos arredores.

Se «adoptam cultos romanos com maior intensidade»? Sim! Já vimos *Salus, Iuno*. Mostra a Fig. 3 o que poderá ter sido o templo dedicado a uma *Bona Dea*²⁹. E, naturalmente, como em *Olisipo*, divindades de origem oriental, mistericas, porque bem adequadas aos *lobbies* que controlam os negócios: o *sodalitium Bracarorum* reúne-se em torno de Mitra; um monumento funerário de boas proporções é pretexto para uma mãe se referir a *Serapi Pantheo*, invocando a sua protecção sobre o filho defunto (*IRCP* 231); dois irmãos são *criobolati natali suo*, em honra da Mãe dos Deuses (*IRCP* 289)... Júpiter, porém, até ao momento não aparece.

Esta é, sem dúvida, uma «cidade do poder» e a sua população como tal se comporta. Provavelmente encontraremos ainda documentação sobre as suas elites. De momento, quiçá a epígrafe mais sugestiva seja a de *C. Iulius Pedro* (*IRCP* 239), que, pela invulgar tipologia do suporte, identifiquei como sendo o pedestal de uma estátua equestre³⁰, embora essa hipótese tenha provocado objecções atendendo à relativa pequenez do soco (mede 85 x 57 x 160 cm). Veremos se outros exemplos surgirão a ratificar ou a infirmar essa opinião.

A referência à elite pacense induz-me de novo a sublinhar o carácter de contrapoder que à epigrafia pode ser atribuído. E se, atrás, víamos a hipótese de uma *Olisipo* rivalizar com *Scallabis*, não será despropositado verificar que tem *Pax Iulia* duas rivais, epigraficamente bem documentadas: *Ebora* e *Salacia*. *Ebora* teve senadores; em *Pax Iulia* de eventual classe senatorial nada se conhece até ao momento. E não será deveras elucidativo verificar que *L.*

27. “Conclusions. Les empires antiques et l'écriture de l'histoire”, *Dialogues d' Histoire Ancienne Supplément* 5, 2011, 189.

28. R. A. E. Alfenim e J. d' Encarnação, “Placa funerária da Herdade da Fonte dos Frades”, *Ficheiro Epigráfico*, 56, 1997, n.º 259; *AE* 1997 768; transcrita em: <http://www.eda-bea.es/>, registo n.º 20 841.

29. J. d' Encarnação, “IRCP – 25 anos depois”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, n.º 2, 2008, 215-230. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/12234>.

30. J. d' Encarnação, “Das inscrições em foros de cidades do Ocidente lusitano-romano”, in T. Nogales Basarrate, *Cidade e Foro na Lusitânia Romana*, Mérida 2010, 121-126, acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/13495>.

Marcus Pierus, de *Pax Iulia*, tenha sido *augustalis* simultaneamente *col(oniae) Pacensis et municipii Eborensis* (IRCP 241)? Os seus méritos são evidenciados pelos *amici: amici de Pax Iulia* e... de *Ebora*? Como foi? E, curiosamente, no aro de Évora a população indígena revela-se epigraficamente logo desde os primórdios, não tendo receio em escrever atabalhoadamente, em suportes desajeitados – IRCP 403 e 416, por exemplo...

E como se há-de interpretar o grande apego dos habitantes de *Salacia* logo desde os primeiros anos do Império ao imperador (IRCP 184) e a Júpiter, sendo o magnífico cipo (IRCP 183) dedicado por *Flavia Rufina flaminica provincialis et flaminica perpetua col(oniae) Emeritensis et municipii Salaciensis* disso um invulgar testemunho? Nada de semelhante se encontrou, por enquanto, em *Pax Iulia*.

A minha presunção é que, sim, como capital de *conventus*, *Pax Iulia* obteve destacado estatuto, patente desde já na epigrafia que se conhece. Há, inclusive, um dos seus médicos que se desloca em peregrinação a Miróbriga em honra de Esculápio (IRCP 144). Mas, se tal pode ser considerado forma de expressar um poder, outros aglomerados populacionais, a nível mais modesto mas usando do mesmo expediente – o dos monumentos epigráficos –, também fizeram ouvir a sua voz. Estou a recordar a dedicatória da *civitas Cobelcorum* a I. O. M.³¹ e o que considero a ara fundacional de *Vissaeum* (actual cidade de Viseu), dedicada a um par divino com designação indígena³².

Concluo

- *Emerita*, lugar à parte, capital provincial e conventual, pólo de atracção de itálicos, de africanos (veja-se, tal como acontece em *Pax Iulia*, o mui significativo número de *cupae*)³³, alfobre de elites que nela se forjam.
- *Scallabis*, a incógnita, a possibilidade de um local mais simbólico do que de pujante vida urbana e político-administrativa.
- *Pax Iulia*, a colónia instalada em local economicamente estratégico, de mui fácil abertura ao exterior, cujo espólio epigráfico mais significativo continua decerto a jazer sob o seu secular casario.

31. H. Frade, “Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*”, *Ficheiro Epigráfico*, 58, 1998, nº 266.

32. J. d’ Encarnação, “Religião não-oficial: o conceito e a realidade”, in R. M. Cid López e E. García Fernández (Edit.), *Debita Verba. Estudios Dedicados al Profesor Julio Mangas Manjarrés II*, Oviedo 2013, 379-389, cit. 382-383. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/24519>.

33. J. d’ Encarnação, “A propósito das *cupae* do *conventus Pacensis*”, in J. Andreu Pintado (editor), *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*, Tudela 2012, 437-450. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/18439>.